

Os limites do País para pagar a dívida

por Getulio Bittencourt
de Nova York

A estratégia brasileira na renegociação da dívida externa com os bancos comerciais será a de ressaltar para o Comitê Assessor de Bancos a questão da capacidade de pagamento do País — onde os constrangimentos fiscais têm no momento peso maior que os cambiais.

É a orientação dada pelo ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, ao seu negociador-chefe, Pedro Malan, em conversa na sexta-feira à tarde.

Em sua breve escala nova-iorquina a caminho de Tóquio, o ministro afirmou a este jornal que mantém sua previsão de acordo com os banqueiros sobre o Plano Brady de redução da dívida até o final do primeiro semestre. Falando a estudantes de Economia da Wharton School, o vice-presidente do Conselho do Citicorp e supervisor do comitê, William Rhodes, manteve igualmente seu otimismo e previu um acordo com o Brasil em breve, em texto divulgado pelo banco no mesmo dia.

Marcílio observou também, num argumento que repetiria em outras conversas ao longo do dia em sua suíte no hotel Algonquin, que o Plano Brady da Ar-



Marcílio Marques
Moreira

gentina com os bancos não afeta a negociação brasileira. Notou que o cardápio argentino tem apenas dois itens, enquanto o brasileiro inclui seis, refletindo também o tamanho relativo das duas economias.

(Ver página 17)

O governo brasileiro quer fechar um acordo com os bancos credores internacionais que assegure um pagamento de juros de US\$ 4 bilhões neste ano e de US\$ 4,65 bilhões no ano que vem, segundo cálculos do Banco Central. Isso representa 0,94% do PIB nacional em 1992 e 1,03% do PIB em 1993.

(Ver página 16)